



AGÊNCIA BRASIL

MIGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE,

um binômio capaz de construir pontes de convivência

PRISCILLA PACHI*

RESUMO Este artigo tem o objetivo de promover uma reflexão sobre os recentes fluxos migratórios que chegam ao Brasil, mas principalmente à cidade de São Paulo. O que atrai os imigrantes e os refugiados para a cidade global de São Paulo? Como se inserem na sociedade e como está sendo tratado o tema das migrações? Qual a importância da interculturalidade para a adaptação dos estrangeiros no Brasil? Quais as diferenças entre o Brasil e os demais países desenvolvidos no que diz respeito ao trato da questão migratória e do refúgio? Essas questões serão abordadas e analisadas com base numa experiência pessoal desenvolvida com imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE Imigração. Cidade global. Interculturalidade.

MIGRATION AND INTERCULTURALITY: a binomial able to build bridges of convenience.

ABSTRACT This is a reflection on the recent migratory flows that arrived in Brazil, mainly in the city of São Paulo. What attracts immigrants and refugees to the global city of São Paulo? How do they fit into society and how is the issue of migration being addressed to? What is the importance of interculturality for the adaptation of foreigners in Brazil? What are the differences between how Brazil addresses migration and refuge vs. other developed countries? These issues are approached and analyzed based on a personal experience with immigrants and refugees in the city of São Paulo.

KEYWORDS Immigration. Global city. Interculturality.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; bolsista CAPES. – “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*”

Introdução

Até o fim de 2016, o Brasil reconheceu 9.552 refugiados de 82 nacionalidades. Desse total, 8.522 foram reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade, 713 chegaram ao Brasil por meio de reassentamento, e a 317 foram estendidos os efeitos da condição de refugiado de algum familiar. Os países com maior número de refugiados reconhecidos no Brasil em 2016 foram Síria (326), República Democrática do Congo (189), Paquistão (98), Palestina (57) e Angola (26).¹

¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Brasil tem aumento de 12% no número de refugiados em 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016>>. Acesso em 5 fev. 2018.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), cerca de 244 milhões de pessoas residem em país diferente daquele onde nasceram, um aumento de 41% em relação ao ano 2000. Destes, quase 20 milhões são refugiados. Esse número se eleva consideravelmente se levarmos em conta os filhos de migrantes que nascem nos países onde seus pais se estabeleceram. (DANTAS, 2017 *apud* SAM & BERRY, 2006).

O Brasil lida no momento com os refugiados venezuelanos que cruzam a fronteira entre os dois países pelo estado de Roraima. Desde 2015, esse fluxo vem se intensificando em decorrência da crise política e econômica enfrentada pela Venezuela.

Além dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR – e da ONU, o censo brasileiro de 2010 do IBGE nos mostra o retorno de brasileiros que viviam no exterior e que, com a crise iniciada em 2008 nos Estados Unidos e que se espalhou pela Europa, decidiram voltar para o Brasil que, naquele momento, mostrava uma economia saudável e promissora.

Entre 2005 e 2010, 174,6 mil brasileiros retornaram ao Brasil. Os principais países de origem dos imigrantes foram os Estados Unidos (51,9 mil imigrantes), Japão (41,4 mil), Paraguai (24,7 mil), Portugal (21,4 mil) e Bolívia (15,8 mil). Em 2000, os principais países de origem eram Paraguai (35,5 mil), Japão (19,7 mil), Estados Unidos (16,7 mil), Argentina (7,8 mil) e Bolívia (6,0 mil).²

Segundo dados do Ministério da Justiça, 43.871³ haitianos entraram no Brasil pela fronteira do Acre, de 2010 a 2015.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 174,6 mil brasileiros retornaram ao país entre 2005 e 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acesso em 05 fev. 2018.

³ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/governo-brasileiro-garante-direitos-para-imigrantes-haitianos>>. Acesso em 6 mar. 2016.

Os dados citados anteriormente nos surpreendem e indicam o cenário das migrações pelo mundo neste início do século XXI. Conflitos armados, guerras, perseguições políticas, desastres ambientais, pobreza e ausência de condições dignas de vida vitimam cada vez mais contingentes populacionais que partem em busca de sobrevivência, como é o caso dos inúmeros refugiados e dos imigrantes que buscam um recomeço capaz de garantir uma vida decente em outro país.

Nesse contexto, o Brasil aparece como uma alternativa para muitos imigrantes e refugiados que, em razão das barreiras de entrada impostas pelos países desenvolvidos do hemisfério norte, encontram aqui um destino para mudarem de vida. Desse modo, o Brasil recebe atualmente vários imigrantes e refugiados vindos de várias partes do mundo. São chineses, congolese, sírios, angolanos, haitianos, bolivianos, colombianos e tantos outros que chegam por razões diversas, mas com um único objetivo: encontrar paz e um recomeço de vida.

No que diz respeito ao Brasil, este artigo analisará a cidade de São Paulo como polo receptor de imigrantes, seja como destino final ou trânsito para outras cidades ou estados. São Paulo nos fornece condições de pensarmos o fenômeno das migrações pelo âmbito da globalização, pelas oportunidades de trabalho e pela lógica do capitalismo atual.

Assim sendo, propomos neste artigo analisar as migrações recentes na cidade de São Paulo com base no conceito de cidade global desenvolvido por Saskia Sassen e segundo uma experiência pessoal de treinamento e palestras interculturais ministradas na Missão Paz⁴, no bairro do Glicério, no município de São Paulo. Acreditamos ser possível, por meio da noção de interculturalidade, construirmos pontes em vez de muros.

⁴ A Missão Paz é uma obra dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos que têm larga vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados das mais diversas culturas, crenças e etnias em São Paulo.

São Paulo e a imigração

A história de São Paulo carrega consigo um passado de migrações que nos revela a multiculturalidade de sua população.

A sociedade brasileira, inicialmente formada por índios, portugueses e escravos africanos, presenciou, a partir do final do século XIX, a chegada de imigrantes e o crescimento de uma população etnicamente diversificada e multicultural.

Algumas leis promulgadas durante o século XIX anunciavam que a escravidão chegaria ao fim. Primeiramente, em 1850, houve a extinção do tráfico de escravos da África para o Brasil; posteriormente, em 28 de setembro de 1871, a promulgação da

Lei do Ventre-Livre, que tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir da decretação dessa Lei. Em 1885, foi promulgada a lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, que beneficiava os negros com mais de 65 anos de idade. E em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, que concede a liberdade definitiva aos escravos pondo um fim à escravidão no Brasil.

Mesmo antes da abolição da escravatura, o Brasil já se preparava recebendo imigrantes europeus, principalmente italianos, que garantiriam o trabalho nas lavouras de café (produto de exportação), o que tornaria possível atender aos anseios de branqueamento da população brasileira presente na época.

Os primeiros imigrantes italianos começaram a chegar em 1870, mas foi entre as décadas de 1880 e 1910 que houve o maior fluxo de italianos para o território brasileiro, principalmente para as regiões Sul e Sudeste do país.

Os primeiros imigrantes trabalharam com os escravos e também foram vítimas de trabalho forçado e maus tratos. Além de italianos, vieram para o Brasil – para a substituição do trabalho escravo e para a continuidade do trabalho nas lavouras de café e na agricultura – portugueses, espanhóis e japoneses. Os imigrantes desempenharam um papel fundamental para a economia da época e para a urbanização e industrialização, principalmente do estado e da cidade de São Paulo. São Paulo foi um dos estados que mais recebeu imigrantes a partir do fim do século XIX, pois, além de necessitar de mão de obra, subsidiava o transporte de vinda dos imigrantes que, naquela época, migravam em família.

Desse modo, São Paulo desponta como um importante centro receptor de imigrantes a partir do século XIX. Isso se estende pelo século XX e continua a ocorrer neste século. Embora o processo migratório em cada época tenha apresentado características próprias, o motivo que atrai imigrantes para São Paulo parece ser o mesmo, ou seja, a oferta de trabalho para os que chegam à capital paulista.

Além das imigrações, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelas migrações internas no Brasil, por meio da vinda de trabalhadores das zonas rurais e de regiões menos industrializadas do país, como a região Nordeste, em busca de trabalho em vários setores da indústria e da construção civil. Dessa forma, os migrantes tornaram-se grandes protagonistas do desenvolvimento e da construção da metrópole paulista como a conhecemos hoje.

No atual contexto mundial das migrações, os deslocamentos das pessoas não se limitam somente a uma mudança e a uma nova ocupação territorial, eles provocam impactos sociais, econômicos, culturais e políticos que merecem ser analisados.

Por isso, segundo Sayad (1998), o itinerário epistemológico dos estudos migratórios é também um ponto de encontro de inúmeras disciplinas: história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia, antropologia, linguística, ciência política, entre outras.

Com base na história do capitalismo recente, as principais causas apresentadas para a imigração são as dificuldades de vida, a pobreza, a busca por um futuro melhor e até mesmo o anseio de conquistar alguma fortuna fora do país de origem. Essas causas não diferem da motivação pela qual os mais diversos grupos de imigrantes buscaram e buscam o Brasil, ou seja, um novo começo de vida, um trabalho que garanta o sustento deles e futuramente de suas famílias.

Segundo Oliveira (2015), observa-se que os fatores estruturais motivadores da emigração estão fortemente presentes em todos os países de origem: exclusão, exploração da força de trabalho, falta de infraestrutura básica e de serviços são marcas comuns.

O último censo demográfico (IBGE, 2010) mostrou que o município de São Paulo tem uma população de 11.253.503. Desse montante, 1,34% são estrangeiros. Parece pouco, mas São Paulo está definitivamente na rota dos imigrantes e refugiados. Além das dificuldades de entrada impostas pelos países desenvolvidos, podemos nos perguntar qual a razão de os imigrantes e refugiados se sentirem atraídos por São Paulo. O que a cidade, considerada global, oferece que a difere de outras cidades brasileiras? Como estamos tratando a imigração e o refúgio do ponto de vista social, econômico e das políticas públicas?

O conceito de cidade global ou cidade mundial surge na década de 1980 e tem como precursora a socióloga holandesa Saskia Sassen. Esse conceito está diretamente relacionado aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia. O final da década de 1970 e a década de 1980 foram marcadas por uma forte crise econômica nas principais metrópoles do Primeiro Mundo que perderam sua centralidade com o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e com o deslocamento de suas principais indústrias para locais que ofereciam menor custo de implantação e manutenção, além da dispo-

nibilidade de mão de obra mais barata. Esses são os principais fatores que geraram o início da globalização da economia acompanhada de uma crise fiscal e do aumento do desemprego nas principais cidades capitalistas do Primeiro Mundo.

Nesse período, as plantas das grandes indústrias se moveram para outras cidades e até mesmo para outros países, porém uma nova morfologia surge nas antigas metrópoles que eram sedes das empresas do período fordista. As metrópoles passam, a partir desse momento, a sediar empresas de origem quase sempre transnacionais, ligadas, em sua maioria, ao setor financeiro e da informação, o que se tornou um fator de grande transformação na estrutura produtiva das metrópoles e no mercado de trabalho.

Com a mudança dos locais de produção, houve uma dispersão geográfica das atividades econômicas e, com isso, a necessidade de centralização territorial da gestão e do controle das operações das grandes empresas. Essa centralização passa a ser exercida pelas cidades globais, ou seja, pelas principais metrópoles do período fordista onde a dispersão geográfica das atividades econômicas e o novo arranjo organizacional contribuíram para o desenvolvimento das funções decisórias corporativas na centralidade das metrópoles.

Desse modo, as últimas duas décadas do século XX marcaram o surgimento de um tipo específico de cidade que passou a desempenhar, segundo Sassen (1998), as funções de: 1) postos de comando na organização da economia mundial; 2) lugares-chave e mercados para as indústrias financeiras e de serviços especializados; 3) campos de produção e inovação às principais indústrias.

O conceito de cidade global de Sassen (1993) busca apreender toda essa novidade. As principais cidades que compunham a rede de cidades globais na década de 1980 eram Nova York, Londres e Tóquio. Nas décadas posteriores, foram incorporadas a essa rede as cidades de São Paulo, Hong Kong, Toronto, entre outras.

Para Sassen (1998), as metrópoles readquiriam a importância estratégica como locais destinados ao setor terciário, acompanhando a mudança de direção da economia mundial. Não se tratava, portanto, da perda de sua centralidade econômica, mas de sua ressignificação no interior do sistema produtivo internacional. Desse modo, cabe ressaltar que o surgimento da cidade global é resultado de um processo histórico vivido inicialmente pelas principais metrópoles do Primeiro Mundo.

A substituição das atividades industriais pelo setor financeiro e de serviços gerou uma nova ordem social e um novo tipo de urbanização que revelaram a atual divisão

territorial do trabalho nas metrópoles, pautada pela necessidade de mão de obra altamente qualificada e, conseqüentemente, bem-remunerada para os setores de ponta. Por outro lado, surgem também empregos que se utilizam de mão de obra não qualificada para atuar na manutenção dessa estrutura maior (limpeza, ajudantes e auxiliares de várias atividades dos setores de serviços, entre outros).

Para Sassen, as novas tecnologias da informação exercem um papel fundamental ao possibilitarem as dinâmicas simultâneas de dispersão geográfica das operações das empresas globais, o controle centralizado e a organização integrada. As condições sob as quais essas tecnologias estão disponíveis promovem a centralização das indústrias de informação intensiva nos centros de telecomunicações mais avançados, localizados em um número restrito de cidades ao redor do mundo.

Ressaltamos que, não somente os serviços financeiros e altamente especializados ligados aos setores de tecnologia, comunicação e serviços são encontrados nas cidades-globais; existe, ao lado de toda a opulência, uma grande quantidade de empregos manuais, precários e malremunerados que são geralmente ocupados por mulheres e imigrantes vindos de várias partes do mundo e que garantem, com isso, a prestação de vários outros serviços e a manutenção da engrenagem que alimenta e reproduz os ramos mais especializados e elitizados dessas metrópoles.

No final da década de 1990, o conceito de cidade global se estende às metrópoles consideradas de segunda ordem. É nesse momento que São Paulo passa a ser cogitada como uma possível cidade global.

Considerando atualmente São Paulo uma cidade global da periferia do capitalismo, podemos nos questionar: como os imigrantes e refugiados se inserem de forma precária na face globalizada da metrópole? Como vivenciam o cotidiano da cidade do ponto de vista do trabalho?

Santos (2015) nos chama a atenção para a importância da aglomeração em torno das metrópoles tidas como cidades globais. A aglomeração é caracterizada pelas altas densidades demográficas nos centros expandidos dessas cidades. Considera-se também a aglomeração para os fornecedores de uma cadeia produtiva, de consumidores e trabalhadores como um fator de extrema importância para o desenvolvimento econômico, para a regulação de salários e a maximização do tempo de trabalho, garantindo maior retorno para as empresas.

Além da mão de obra qualificada que se concentra nos grandes centros urbanos e que estão à mercê das empresas transnacionais, faz também parte dessa aglomeração os inúmeros imigrantes de diversas nacionalidades que chegam ao Brasil, mas sobretudo em São Paulo, em busca de oportunidades de trabalho que possam ser conquistadas com base na centralidade oferecida localmente pela cidade frente ao país e, de forma global, perante a economia mundial.

A nova divisão internacional do trabalho gerada pela globalização da economia cria lugares mundializados e metrópoles globais. No contexto das cidades globais, a metrópole de São Paulo passa a ser uma referência no Terceiro Mundo, pois congrega diversas atividades, um setor financeiro de ponta, uma gama de serviços de qualidade, além de dispor de tecnologia e uma rede de comunicação que a diferencia das demais cidades brasileiras e garante o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Além disso, São Paulo atrai capitais estrangeiros, migrantes e imigrantes de várias partes do Brasil e do mundo que buscam a cidade para trabalharem e nela se fixarem.

Para os imigrantes de diversas nacionalidades, a cidade de São Paulo atua no imaginário como sendo o local ideal para que as suas vidas economicamente tomem um novo rumo, uma guinada que é posta à prova quando tomam consciência de que o Brasil é um país em desenvolvimento, com uma desigualdade social assombrosa e, em São Paulo, deparam com as contradições que a cidade impõe para a manutenção da vida. A inserção no mercado de trabalho, o reconhecimento de diplomas e a atuação em atividades com melhores remunerações tornam-se praticamente impossíveis.

No que tange aos estudos sobre a globalização e seus impactos nas cidades do Terceiro Mundo, Milton Santos nos revela que o processo de globalização desencadeou a constituição de um meio técnico-científico-informacional e a emergência de novas formas de regulação territorial. Ainda segundo Milton Santos, o território e o Estado passam a ter papel fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo com a internacionalização do capitalismo. O Estado assume a função de regulador num momento em que a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias e das finanças passam a dominar a cena mundial. Na questão da regulamentação dos fluxos de pessoas, vemos o Estado regulando e aprovando a nova Lei de Migração 13.445/17, que entrou em vigor em 21/11/2017, substituindo o antigo Estatuto do Estrangeiro, um dos resquícios da ditadura militar.

No que diz respeito aos países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, verificamos que as facilidades da globalidade não estão presentes em todo o território nacional, o que nos revela a desigual distribuição do meio técnico-científico-informacional, a vivência de várias e diferentes temporalidades e a sociedade dividida entre formas desiguais de participação no processo da globalização. A precariedade e as formas não modernas de inclusão são o vínculo do imigrante na metrópole paulistana e uma das faces do processo de globalização.

Seria, portanto, “global” a “cidade” que se configurasse como “Nó” ou ponto nodal entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais, cujas atividades econômicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais, quando, por consequência, o mercado de trabalho fosse polarizado gerando novas desigualdades sociais e uma forma de segregação urbana dualizada. (CARVALHO, 2000 *apud* LEVY, 1997; VÉRAS, 1997; MARQUES e TORRES, 1997).

Conforme ressalta Carvalho (2000), São Paulo se enquadra nessa condição de ponto nodal entre a economia brasileira e a economia global, já que ali encontramos a prestação de serviços extremamente especializados e bem remunerados, mas também trabalhos precários, malremunerados e até mesmo pessoas que trabalham em condições análogas à escravidão. Essa realidade que vivenciamos em São Paulo, fruto da divisão territorial do trabalho, mostra-nos a imensa desigualdade social que deixa suas marcas no plano do vivido por seus habitantes e pelos imigrantes na metrópole. É nos trabalhos precários, nos “bicos” malremunerados e temporários que encontramos a maior parte dos imigrantes, que aceitam “qualquer tipo” de trabalho que possa garantir o mínimo de sobrevivência frente à crueldade imposta pelas formas de reprodução capitalistas.

Com base na teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos, podemos explicar como as cidades dos países periféricos – caso de São Paulo – funcionam em dois subsistemas urbanos: o subsistema superior, composto das grandes empresas, bancos e pelos setores de alta tecnologia, e o subsistema inferior, constituído das atividades que se utilizam de mão de obra intensiva e com pouca necessidade de capital e investimento, mas que juntos são capazes de produzir, distribuir, comercializar e gerar demandas de consumo para a população, seja ela de alta ou baixa

renda. Os dois subsistemas produzem materialidades distintas, são complementares e estabelecem uma relação dialética visível no urbano.

Para Milton Santos, o circuito inferior cumpre seu papel de produção e distribuição de bens e produtos não modernos com pouco capital, gera trabalho para muitos e se utiliza de mão de obra de imigrantes, precarizada, não qualificada e não formalizada.

No que diz respeito à cidade de São Paulo, o potencial de globalidade se revela, ao contrário do que foi lido, por meio das noções de cidades globais centrais ou do Primeiro Mundo porque ela se estrutura em torno de formas precárias de produção e circulação da riqueza.

A globalização gera dialeticamente a homogeneização dos modos de vida e do consumo das sociedades em nível global. Localmente, há o aumento dos empregos malremunerados e sem proteção social em um contexto de concentração urbana, de riqueza e poder. Para os imigrantes, principalmente os que se encontram em cidades globais do Terceiro Mundo, cada dia é uma luta sem vitória. A pobreza e a falta de perspectiva nas cidades corrói a esperança juntamente com a fome e a precariedade da vida cotidiana.

Interculturalidade e a possibilidade de construção de pontes

Como vimos, a cidade de São Paulo se difere das demais cidades brasileiras por ser uma cidade global, mas uma cidade global da periferia do capitalismo, ou seja, carrega consigo uma série de contradições e desigualdades que se revelam no cotidiano da metrópole. Por ser global e apresentar uma concentração de empresas e consequentemente uma possibilidade maior de oferecer trabalho, ainda que precário, a cidade de São Paulo atrai pessoas de outras cidades e estados, assim como imigrantes e refugiados de outros países na esperança de conseguirem emprego e se estabilizarem no país.

A globalização do final do século XX surgiu com a ideia de unir o mundo, por meio de um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países, suas culturas e as pessoas do mundo todo. Desse modo, previa-se também uma livre circulação de mercadorias, de fluxos financeiros e pessoas. No entanto, o que vemos no momento são os países, principalmente os desenvolvidos do Primeiro Mundo,

erguendo muros e impedindo a entrada de imigrantes e refugiados. A globalização permanece somente no que tange aos objetivos econômicos, isto é, para a comercialização de mercadorias e para a circulação de capitais.

Com relação à cultura, presenciamos, a partir da década de 1980, a disseminação dos hábitos e do modo de vida americanos como cultura hegemônica. Porém, muitos países, apesar de aceitarem a introdução de mercadorias estrangeiras e de alguns elementos da cultura americana (música, modo de se vestir, entre outros), defenderam suas culturas locais com o intuito de preservá-las e reafirmá-las perante sua população e as futuras gerações.

O Brasil, país onde se vê uma multiculturalidade advinda, como já citamos anteriormente, da própria formação da nossa sociedade e das heranças culturais trazidas pelos diversos povos que para cá migraram, apresenta uma grande diversidade cultural. Desse modo, com a imigração, muitos povos trouxeram suas culturas e as mantiveram em território brasileiro. Mesmo que tenham incorporado muitos de nossos costumes, ainda preservam traços de suas culturas de origem (hábitos alimentares, religião e elementos da tradição).

Não pretendemos nos aprofundar no conceito de interculturalidade como proposto pelas ciências sociais, mas abordaremos essa temática de forma mais ampla. Logo, tomaremos a interculturalidade como a possibilidade de um grande diálogo entre diferentes culturas, buscando uma forma pacífica de convivência num mesmo espaço social. Assim sendo, a interculturalidade favorece a integração, a tolerância e a convivência entre as pessoas. Parte-se do princípio de que todos são iguais e que o contato com o outro deve proporcionar a troca de experiências. Contrariamente à noção de multiculturalismo, a interculturalidade pressupõe o diálogo e o respeito pela diversidade.

Priorizando a interação e o convívio entre diferentes culturas e acreditando que devemos defender uma sociedade mais justa, onde todos sejam iguais e detentores do direito de ir e vir, possibilitados de reconstruir suas vidas, é que, em 2014, abracei a causa dos imigrantes e refugiados e comecei a ministrar palestras de cunho intercultural na Missão Paz como voluntária da ONG Sietar Brasil⁵.

O objetivo das palestras é apresentar aos recém-chegados ao Brasil o que vem a ser o nosso país, a nossa sociedade. Mostrar a eles as dificuldades que irão enfrentar e informá-los dos documentos necessários para regularizar a situação como estrangeiro.

5 A SIETAR Brasil é uma Organização Não Governamental – ONG – composta de membros filiados que se dedicam à pesquisa, ao treinamento e às atividades educacionais no campo das relações interculturais.

Eles também são orientados sobre a importância do aprendizado da língua portuguesa, o uso da linguagem (expressões idiomáticas em especial) e algumas normas de comportamento. Procuramos ressaltar a liberdade religiosa existente no país, lembrando-os que eles devem se adaptar à nova realidade, mas procurando manter sempre vivas, principalmente em família, as suas tradições e a língua nativa.

Com essa abordagem, as palestras se desenvolvem, e várias são as trocas de experiências e informações. Algumas dessas informações, no que se refere ao cenário atual das recentes migrações, merecem ser relatadas.

Os imigrantes e refugiados, na sua maioria, chegam ao Brasil com pouco conhecimento sobre o país e acreditam tratar-se de um país de Primeiro Mundo. Espantam-se com a desigualdade social, o valor do salário mínimo e a renda média das famílias brasileiras. Além de se espantarem com essas descobertas, surpreendem-se com o fato de não haver boas oportunidades de emprego em São Paulo, já que as ofertas que aparecem são para trabalhos braçais e com baixíssima remuneração.

Nas palestras, há o predomínio de homens imigrantes e refugiados. Poucas são as mulheres. Algumas vezes, casais com crianças ou famílias inteiras participam da formação. Muitos relatam que partiram sozinhos para o Brasil e que não conheciam nenhum compatriota que morasse no país. Laços de amizade são criados no próprio espaço da Paróquia Nossa Senhora da Paz no Glicério, onde está instalada a Missão Paz.

A língua é, de forma unânime, a primeira barreira cultural enfrentada por eles. Estar num país totalmente desconhecido, mas, principalmente, sem falar o idioma torna a adaptação ainda mais difícil. O aprendizado da língua portuguesa torna-se uma urgência para se relacionarem e conseguirem um trabalho. O idioma, que inicialmente é uma barreira, pode se tornar sinônimo de libertação e conquista quando compreendido e falado.

A cada palestra, olhos atentos, assustados, ansiosos e cansados tentam prestar atenção ao que é apresentado, mas a insegurança quanto ao futuro, muitas vezes, leva os participantes para longe da sala. Aí começa uma verdadeira ginástica para atrair-lhes a atenção e fazê-los participar do momento, questionar, tirar dúvidas ou, simplesmente, tentar entender um pouco o que é o Brasil e o modo de ser e de viver dos brasileiros.

As fases do processo de integração cultural é composto dos seguintes momentos: euforia – momento anterior à emigração; choque cultural – momento após a chegada

ao país de destino; adaptação – momento em que se é apresentado à cultura brasileira e às formas de se adaptar a ela; e, finalmente, o momento de integração cultural, que leva um tempo, mas que é almejado por todos que pretendem se estabelecer no Brasil.

Quando o assunto é introduzido, pergunta-se aos imigrantes o que conheciam sobre o Brasil antes de imigrarem. As respostas são vagas e sempre as mesmas, independentemente do grupo e de sua nacionalidade: futebol, carnaval, samba, café, Amazônia, imagem do Cristo Redentor, país emergente e com possibilidades de crescimento, receptivo, que oferece oportunidade de trabalho. Desenham inicialmente uma imagem romântica de um país perfeito para se viver, onde não existem problemas.

Na segunda fase do processo, ou seja, a do choque cultural, questionamos o que os choca desde a chegada em São Paulo. As respostas são mais realistas: muitas drogas e pessoas viciadas (maconha parece ser liberada), pobreza e miséria, muitas pessoas vivendo nas ruas (inclusive idosos), muita violência, racismo, homossexualismo em excesso, mulheres com roupas extravagantes exibindo o corpo, passividade do povo brasileiro frente aos absurdos que acontecem na política.

Perguntados sobre o que buscam no Brasil, a resposta é praticamente a mesma, ou seja, trabalho. Em alguns casos, citam o anseio por cursar uma universidade, a busca de proteção e asilo político, mas a questão do trabalho e a expectativa de uma vida melhor sempre aparecem em primeiro lugar.

A realidade política e econômica é mencionada quando falamos sobre o Brasil na atualidade e o índice de desemprego. Assustados, não poupam perguntas curiosas para entender o que realmente acontece no cenário brasileiro e o que fez o país deixar a sua posição de país promissor e de emprego fácil para dar lugar à uma crise política e econômica difícil de ser superada e que compromete os planos de quem aqui desembarcou cheio de esperanças. Preocupam-se com a situação econômica e com a dificuldade de encontrar trabalho. Muitos relatam o medo de ter que ir morar na rua devido à falta de trabalho e a dificuldade de honrar com o pagamento do aluguel. O desemprego e a dificuldade de se manterem no país impedem o envio de remessas para as famílias no exterior. Muitos citam que suas famílias não acreditam na situação enfrentada por eles no Brasil.

Afirmam que gostam do Brasil e julgam o brasileiro simpático e alegre, mas revelam que sofrem de racismo nas ruas, no transporte público. O racismo é, então, abor-

dados de forma a contextualizar a história do Brasil, último país a abolir a escravidão. É preciso reconhecer que o negro, desde então, luta para conquistar algum tipo de igualdade num país tão desigual em oportunidades.

Como todos buscam um emprego e uma condição de vida melhor do que a que tinham em seu país de origem, a abordagem de temas referentes à documentação, salário, impostos que incidem na folha de pagamento, entre outros, torna-se de interesse geral, e as informações são cuidadosamente registradas. Mesmo considerando a atual situação em que vivem, todos afirmam que desejam continuar no Brasil.

Alguns temas são difíceis de serem abordados, como a higiene pessoal e o fato de que não devem e não podem se calar diante de abusos de ordem moral, legal e sexual. A denúncia precisa ser feita para que outros imigrantes não sejam submetidos à humilhação e à violência.

Várias mensagens durante a palestra são passadas para ajudar o imigrante a se adaptar a uma nova cultura, mas, para mim, uma das mais importantes é a de que, apesar de se adaptarem, eles jamais devem esquecer as suas origens – a língua-mãe, a cultura e a história de seu país – valores que devem ser passados de geração em geração. Também sugerimos a eles que compartilhem suas experiências e sua cultura com os brasileiros.

Infelizmente o enfoque que damos à interculturalidade não exclui os atos de racismo, violência e discriminação na sociedade brasileira. Crianças estrangeiras em ambiente escolar também passam por discriminação. Algumas que mal compreendem o português são vistas e tratadas como crianças especiais. Para evitar essas situações, é preciso ressaltar, no ambiente escolar, assim como nas instituições públicas e privadas, o reconhecimento e a valorização das diferentes culturas e as dificuldades de compreensão e aprendizado de um novo idioma.

O aumento da presença de imigrantes na cidade de São Paulo mobiliza e estabelece o diálogo entre a sociedade civil, os próprios imigrantes e o governo. Políticas públicas para melhoria da prestação de serviços públicos, da qualidade de vida e para a garantia da diversidade cultural e igualdade de direitos são discutidas e criadas.

Conseguimos contemplar, sobretudo, a cidade de São Paulo, com muitas conquistas, como a aprovação da primeira Lei Municipal de Migração 16.478/2016, que asse-

gura a igualdade de tratamento e direitos aos estrangeiros que vivem na cidade, mas ainda há muito por fazer. Nossa trajetória mostra-se na contramão das construídas nos países desenvolvidos. Acreditamos estar no caminho da destruição de muros para a construção de pontes de convivência pacífica, de respeito pela diversidade cultural e de troca de experiências.

Considerações finais

A globalização do século XX nos revelou as tendências de integração comercial e financeira, porém nos fez ver que a homogeneização não está presente nas sociedades e que se faz necessário o diálogo entre as diferentes culturas que compartilham um mesmo espaço social e geográfico.

Cabe mencionar que, nos últimos anos, o Brasil recebeu vários imigrantes, assalariados globais – expatriados, médicos cubanos e universitários –, mas, ao lado desse fluxo mais especializado, há um outro representado pelas grandes levas migratórias vindas de países periféricos e não brancos, destinadas aos trabalhos precários e malremunerados. O Brasil é um exemplo de país que recebe fluxos migratórios diversificados. Muitos chegam de modo explorável e vulnerável e lutam por sobrevivência, o que, muitas vezes, os força a buscar formas precárias de trabalho.

Conforme nos mostra os estudos de Hasbaert, a territorialização dos imigrantes se dá no sentido do engajamento com o mundo do trabalho. O trabalho é a garantia de sobrevivência, inserção na sociedade, garantia de envio de remessas para o país de origem e o que cria o sentimento de pertencimento no país estrangeiro.

Os imigrantes fazem parte de uma engrenagem do capitalismo à qual a utilização de sua mão de obra é indispensável para o funcionamento econômico do mundo. Migram de situações precárias em seus países capitalistas, “fugindo” para o centro ou para outros países também da periferia do mesmo sistema capitalista. Os imigrantes “fogem” para o capitalismo para se manterem vivos. No sistema escravagista, o escravo tinha um dono, no capitalismo, o trabalhador livre pode trabalhar para quem quiser, mas acaba se submetendo a trabalhos em condições de precariedade porque não tem outra opção.

A cidade global de São Paulo atrai imigrantes e refugiados por ser um local que oferece oportunidades de trabalho, ainda que precários, e por se configurar como ponto nodal entre a economia local e a global. No entanto, presenciamos processos de territorialização que revelam as relações capitalistas de produção, desigualdades sociais, discriminação, preconceito e dificuldades de inserção.

Paralelo às dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, há uma força de vontade para enfrentá-las em busca de sobrevivência. Consideramos os imigrantes sujeitos que agem no espaço e na vida cotidiana, deixando suas marcas, seja por meio da cultura de origem que vivenciam no país de destino, seja pelo próprio idioma, que é preservado quando vivem em comunidades.

Atualmente testemunhamos Estados-nação que, mediante as diversas crises humanitárias presentes em várias partes do mundo, utilizam-se de sua soberania e erguem muros em suas fronteiras ou criam locais de contenção de refugiados de forma a não permitirem a sua entrada em seus territórios, tirando-lhes o direito de ir e vir e impedindo a sua inserção nas sociedades. As consequências dessas medidas são inúmeras, mas podemos citar, entre elas, o aumento do número de apátridas pelo mundo.

Podemos dizer que o Brasil, ao contrário dos demais países, tem adotado uma postura mais acolhedora e humanitária, seja pelo recebimento de imigrantes e refugiados de vários países do mundo, tanto pela aprovação da Lei Federal de Migração nº 13.445/17 – substituta do antigo Estatuto do Estrangeiro, resquício da ditadura militar – quanto pela aprovação da Lei Municipal (São Paulo) de Migração 16.478/2016 que trazem, apesar de seus vetos, avanços para as questões migratórias em âmbito federal e municipal.

Vivenciamos diversidades culturais em todo o mundo. No caso brasileiro, mais especificamente na cidade global de São Paulo, os recentes fluxos migratórios explicitam a imensa diversidade cultural dos que chegam. O caminho para a boa convivência e o respeito está nas práticas interculturais.

A convivência da diversidade cultural e a possibilidade de tratar o tema da interculturalidade com base na alteridade, como nos ensina Sayad (1998), e no respeito pelo outro nos situam num patamar diferenciado em comparação aos outros países.

Para os imigrantes e refugiados, apesar de também sofrerem no Brasil situações de discriminação e racismo, a noção de interculturalidade possibilita-lhes vivenciar uma nova cultura sem terem que abdicar das suas. Concebemos, assim, a possibilidade de

criar “pontes” de convivência e de respeito mútuo e de adotar ações mais solidárias e humanas ao entendermos as dificuldades e o sofrimento dos migrantes.

Ministrar as palestras de cunho intercultural na Missão Paz é, sem dúvida, uma experiência única. Poder passar um pouco de conhecimento aos migrantes e ajudá-los a entender o que é o Brasil e o brasileiro me traz a certeza de que, no fim de cada encontro, é possível contribuir para a adaptação deles à nova realidade sem que seja necessário abdicar de suas culturas de origem.

Referências

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em 6 fev. 2018
- CARVALHO, M. de. Cidade Global. Anotações críticas sobre um conceito in São Paulo. In: *Revista Perspectiva* 14(4)2000 p. 70-82.
- DANTAS, S. Imigração, retorno e refúgio: como estamos. *Revista USP*. Dossiê Interculturalidades, São Paulo, n. 114, p. 8-10, Jul. / ago. / set. 2017.
- GAUDEMAR, J. P de. *Mobilité du travail et accumulation du capital*. Paris: Librairie François Maspero. 1976.
- HAESBERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBERT, R. *O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2006.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. *Novas territorialidades*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FyH5mOVuVs8>. Acesso em: 26 jan. 2016.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acesso em 6 fev. 2018.

MARTINS, J. S. Sem lenço e sem documento. *O Estado de S. Paulo*. 4 maio 2014. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sem-lenco-sem-documento-imp-,1162017>. Acesso em 10 fev. 2016.

MARTINS, J. S. *O Cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, A. T. R. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. *REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 135-155, jan./jun. 2015. PERPETUA, G. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: Elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. In: *Revista Pegada* – v. 14, n. 1, p. 58-80, jul. 2013.

PÓVOA NETO, Hélión. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual – Novos desafios para a análise. In: *Experimental*, n. 2/1997, p. 11-24.

PÓVOA NETO, Hélión. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO: NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS. 2007. UGI/USP – Departamento de Geografia / FFLCH *Coletânea de textos* ... p. 45-56.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. In: *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 7-25. nov. 2006.

SANTOS, C.S. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: *A cidade como negócio*. CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D e ALVAREZ, I. P. (org et al). São Paulo. Editora Contexto, 2015.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único À Consciência Universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASSEN, S. A Cidade Global. In: LAVINAS, L.; CARLETAL, L.; NABUCO, M.R. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.